



ID: 117107297

12-05-2025

Propostas de governação para além dos partidos



Ricardo Paes Mamede

A mensagem é clara: desenvolver Portugal exige escolhas. E essas escolhas implicam compromissos, prioridades e continuidade

Nas vésperas das eleições legislativas de 18 de Maio, a Causa Pública – associação cívica que reúne cidadãs e cidadãos comprometidos com a construção de alternativas progressistas – lançou propostas de governação em áreas-chave para o futuro do país. O objectivo é contribuir para um debate público mais informado e exigente, recentrando a política nas escolhas estruturais que moldam o nosso desenvolvimento.

As propostas da Causa Pública abordam domínios como o desenvolvimento produtivo, a fiscalidade, salários, saúde, imigração e habitação. No que se segue, resumo o texto em cuja redacção participei e que procura responder à questão: como transformar a economia portuguesa para garantir um crescimento sustentado e sustentável?

Portugal não é hoje o mesmo país de há 30 anos. A economia portuguesa está mais orientada para o exterior, há empresas mais sofisticadas e o país é mais procurado por investimento estrangeiro em busca de mais do que mão-de-obra barata. Mas seria ingénuo pensar que este percurso é suficiente. Persistem debilidades estruturais que limitam a melhoria duradoura das condições de vida. Pior: as políticas económicas seguidas arriscam-se a reforçar essas limitações.

Entre os anos 1990 e a crise de 2008, o crescimento assentou sobretudo na finança na construção – actividades baseadas no endividamento e viradas para o mercado interno. A crise financeira expôs as consequências deste padrão de desenvolvimento: desemprego, estagnação e fragilização do Estado social. Na década seguinte, o turismo emergiu como motor da economia. Trouxe recuperação da actividade económica e do emprego, mas também uma maior dependência de um sector vulnerável a choques externos. O turismo e o imobiliário lideraram a criação de riqueza, com efeitos colaterais: subida dos preços da habitação, pressão sobre serviços públicos, precariedade laboral.

Para aspirar a um modelo mais sustentável, inovador e justo, não basta confiar na “mão invisível” do mercado. É preciso visão

estratégica. A proposta da Causa Pública para o desenvolvimento produtivo visa mobilizar os recursos do país e transformar o tecido produtivo.

A ideia central é clara: transformar a especialização produtiva, apostando em actividades com maior valor acrescentado, mais inovação e melhores salários. Para isso, é essencial identificar prioridades e agir com coerência e continuidade. A experiência internacional mostra que os países que mais se destacam – incluindo o Canadá, a China, os EUA, o Japão, os Países Baixos, o Reino Unido, a República da Coreia ou Suécia – promoveram políticas activas, com direcção estratégica, onde o Estado desempenhou um papel decisivo.

Portugal tem exemplos em que a articulação entre Estado, empresas e instituições de ciência e tecnologia deu frutos: da biotecnologia no agro-alimentar, aos materiais avançados no calçado, passando pelas tecnologias digitais na construção e as tecnologias de produção nos moldes, entre outros. O que falta é escalar essas experiências e garantir a sua continuidade.

Não é esse o caminho que as políticas públicas em Portugal têm seguido. Nas últimas décadas, dominou a lógica da horizontalidade: dispersão de apoios, distribuídos com critérios genéricos, mais

focados em gastar fundos do que em garantir qualidade e impacto. O resultado é uma política sem foco nem articulação entre educação e formação, ciência e inovação, investimento e internacionalização.

Pior: esta abordagem supostamente neutra não deixa de ser selectiva. Favorece sempre um conjunto relativamente reduzido de empresas, sem que essa selectividade seja assumida ou guiada por critérios transparentes ou adequados. O SIFIDE (sistema de incentivos fiscais à investigação e desenvolvimento empresariais), por exemplo, beneficia qualquer empresa que

apresente despesas com I&D – que tendem a estar concentradas num grupo restrito de actores e em alguns sectores – mesmo que não necessitem do apoio público e não tenham um impacto efectivo no tecido produtivo.

Na Causa Pública propomos uma abordagem diferente: mais focada, estratégica e exigente. O ponto de partida é identificar um número limitado de actividades prioritárias, com base em critérios claros, tais como: o valor acrescentado nacional, os efeitos de arrastamento sobre o tecido produtivo e o sistema tecnológico, a orientação exportadora, a existência de capacidades instaladas e a resposta a desafios sociais – como a descarbonização, o envelhecimento demográfico ou a coesão territorial.

Estas actividades devem ter planos estratégicos de médio prazo, articulando investimentos em formação, I&D, infra-estruturas tecnológicas e inovação empresarial. Uma agência pública devidamente capacitada, e apoiada num compromisso político ao mais alto nível da governação, deve coordenar esses planos, garantindo coerência governativa e envolvendo os actores relevantes – empresas, universidades, centros de investigação e entidades públicas.

Metade dos recursos públicos destinados aos apoios ao investimento, ciência, formação e inovação deve ser canalizada para estas prioridades. A outra metade deve manter o seu carácter horizontal, de modo a promover projectos emergentes noutras áreas. Mas é crucial que os instrumentos de política deixem de ser meros mecanismos de distribuição de verbas e passem a ser motores de transformação.

A ideia não é nova, mas tem faltado vontade política para a concretizar. As Estratégias de Especialização Inteligente, existentes em Portugal por imposição da UE, são um ponto de partida. Mas, em Portugal, têm sido meros exercícios formais, com critérios tão amplos que pouco priorizam. A proposta é levar esse trabalho a sério e usá-lo para orientar a acção pública.

Empresas públicas e o Banco Português de Fomento devem também ser actores dessa transformação. Tal não significa esquecer a viabilidade económica dos projectos empresariais, mas antes colocá-las ao serviço de uma estratégia nacional de desenvolvimento que diversifique e qualifique a economia.

A mensagem é clara: desenvolver Portugal exige escolhas. E essas escolhas implicam compromissos, prioridades e continuidade. A política de desenvolvimento produtivo não pode continuar a ser um exercício burocrático de gestão de fundos. Tem de ser uma política de transformação.

Com estas propostas, a Causa Pública convida a um debate informado, exigente e participado, para além dos partidos políticos, sobre o que fazer para que Portugal construa um caminho de progresso sustentável, com justiça social e uma economia mais robusta e inovadora.

Economista e professor do ISCTE



MANUEL ROBERTO